

Juízes investigados querem afastar presidente do TJ-MT

Os quatro juízes e o desembargador investigados em Mato Grosso por desvio de dinheiro para a maçonaria querem o afastamento do presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Lessa, e do corregedor-geral de Justiça, Orlando Perri. Eles protocolaram, nesta quarta-feira (7/5), o pedido no Órgão Especial do TJ de Mato Grosso.

Na [representação](#) entregue ao Órgão Especial, os magistrados questionam a conduta do corregedor na investigação encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça. Basicamente, repetem os mesmos argumentos feitos no pedido de abertura de [sindicância](#) ao STJ. O Órgão Especial é composto pelos 18 desembargadores mais antigos do tribunal.

O pedido de afastamento foi feito pelo ex-presidente do TJ-MT, José Ferreira Leite, e os juízes Marcelo Souza de Barros, Irênio Lima Fernandes, Antonio Horácio da Silva Neto, presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam), e Marcos Aurélio dos Reis Ferreira. Este último é filho do desembargador Ferreira Leite.

Os antecedentes

Na tarde desta quarta-feira, o site **Consultor Jurídico** publicou que Lessa pediu um levantamento para saber se juízes e desembargadores receberam verbas irregulares de abril de 2003 a abril de 2008. O levantamento deve ser feito pela mesma auditoria externa que já constatou o pagamento de verbas irregulares ao grupo de magistrados no início de 2005.

Em relatório enviado ao STJ, Perri afirma que os quatro juízes investigados receberam vantagens salariais irregulares na administração do desembargador José Ferreira Leite e usaram o dinheiro público para socorrer financeiramente investidores ligados à loja maçônica Grande Oriente do Estado de Mato Grosso. Esses investidores aplicaram suas economias, incentivados pela maçonaria, na Cooperativa de Crédito Poconé-Sicoob Pantanal, de Poconé (MT), que quebrou. De acordo com dados do relatório, os juízes e o desembargador, também ligados à loja maçônica, se esforçaram para honrar o investimento de mais de R\$ 1 milhão. Para tanto usaram créditos irregulares obtidos no TJ-MT e empréstimos de colegas. A defesa dos magistrados afirma que as acusações não têm fundamento.

Na semana passada, o grupo pediu a abertura de [sindicância](#) no STJ para investigar o corregedor e o atual presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. O pedido foi feito após o corregedor enviar um relatório para o STJ sobre a investigação. O site **Consultor Jurídico** publicou, no dia 30 de abril, [reportagem](#) sobre o relatório.

A defesa afirma que Perri foi movido por vingança e ódio. Um dos motivos, de acordo com os advogados do magistrado, foi a derrota de Perri para o cargo de corregedor-geral da Justiça no biênio 2005/2007, entre outros fatos políticos. O corregedor diz que nunca foi inimigo de nenhum deles.

Em [petição](#) enviada ao ministro João Otávio de Noronha, relator de uma sindicância aberta no STJ, a defesa chamou Perri de “inquisidor-geral da Justiça” e “supercorregedor”. A intenção é anular o relatório

do corregedor.

Para ler a representação, [clique aqui](#).

Date Created

08/05/2008